

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 24 DE JANEIRO DE 2013.

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de 2013 às oito horas, na sede da Secretaria de Ação Social, teve início à primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **quinze (15) conselheiros sendo: oito (8) do poder público e sete (7) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Dalva Deodato Taveira, Carmem Lúcia Cruz Ravagnani, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Mattos, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Cristiany de Castro,; **conselheiros suplentes:** Rejane do Couto Rosa Spessoto, José Carlos Gomes, Mariseti Aparecida Alves; **conselheiros na titularidade:** André Luís Centofante Alves, Anita Pereira Ferraz. **Com a seguinte pauta:** Apresentação da Secretária de Ação Social: Gislaine Alves Liporoni Peres; Plano de Trabalho da Associação Projeto Amor e Vida; Cronograma de Desembolso dos recursos municipais; Pleito do Conselho Estadual de Assistência Social; Relatório de Atividades do CMAS/2012; Constituição da Comissão responsável pela organização da Conferência Municipal de Assistência Social; Justificativa da ESAC em relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – convênio 2013; Correspondência do Fundo Nacional Assistência Social sobre pendências em relação ao Plano de Trabalho e Demonstrativo Físico Financeiro - Correções já realizadas e encaminhadas ao FNAS e inclusive com a ciência do CMAS;

26 Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 – aprovou a Norma
27 Operacional Básica do SUAS ; Convite Audiência Pública Prestação de Contas
28 Secretaria de Saúde que será realizada no dia 31/01/2013 às 15h00, no
29 Auditório Fórum da Cidadania da Câmara Municipal de Franca; Nomeação dos
30 novos representantes do poder público no Conselho Municipal de Assistência
31 Social. A presidente Tina iniciou a reunião e propôs que as atas dos dias 18/10,
32 01/11, 13/11, 29/11, 06/12 e 13/12, que foram enviadas por email aos
33 conselheiros, que após manifestação, foram consideradas aprovadas. A
34 proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foram apresentadas as
35 justificativas dos conselheiros: Lucineia, José Fernando, Maria Ângela, Aurélio
36 Luis e José Augusto. Após, a presidente fez a leitura da pauta sendo a mesma
37 aprovada sem inclusões, com a proposta de inversão do último informe sobre a
38 nomeação dos novos representantes do poder público no Conselho. Antes de
39 passar a palavra à nova gestora da Assistência Social, a presidente Tina
40 manifestou-se ressaltando a feliz escolha do senhor Prefeito Municipal, pois se
41 trata de uma profissional técnica e com amplo conhecimento da área. A
42 Secretária de Ação Social ressaltou sua participação neste Conselho por um
43 período dois anos e afirmou não ser conveniente a sua permanência uma vez
44 que representa a sociedade civil. Reafirmou a importância do Conselho nas
45 conquistas da Política de Assistência Social, demonstrando seu interesse em
46 trabalhar de forma articulada com este colegiado. Disse que será a
47 interlocutora entre o Conselho e Poder Público, sendo esta uma solicitação do
48 Prefeito Municipal. Explicou que algumas ações da assistência social no
49 município estão sendo redesenhadas, especialmente no monitoramento das
50 ações, que contará com o trabalho da Assistente Social Cidinha Morais na

51 composição da equipe, que terá também a tarefa de iniciar a vigilância
52 socioassistencial. Em relação a secretária executiva do Conselho indicou a
53 assistente social Maria Amélia para ocupar essa função. Aproveitou para
54 informar sobre a atual composição da SEDAS, ressaltando a mudança na
55 estrutura com a extinção do cargo de Secretária Adjunta e instituição da
56 Coordenadoria Técnica, ocupada atualmente pela Dalva. Para a Divisão da
57 Proteção Social Básica foi nomeada a assistente social Jane e para Divisão da
58 Proteção Social Especial, a assistente social Ana Paula, sendo que a maioria
59 dos cargos permaneceu inalterada. Após passou às indicações do Poder
60 Público para representação no CMAS estando os ofícios em anexo a esta ata.
61 Encerrando sua fala agradecendo a todos pela acolhida e colocou-se á
62 disposição dos conselheiros, representantes de entidades e do legislativo.
63 Dando seguimento a presidente solicitou a apresentação dos convidados que
64 vieram pela primeira vez, agradecendo a presença do representante do
65 legislativo, vereador Pastor Otávio. Em seguida passou-se ao próximo assunto
66 da pauta referente ao Plano de trabalho da Associação Projeto Amor e Vida.
67 Tina explicou os trâmites anteriores referentes ao processo nº 13.169/2000
68 ressaltando que se trata de uma solicitação de cessão de área na qual foi
69 concedida anteriormente a um grupo ligado a Igreja Metodista. A mesma
70 informou que realizou uma visita na entidade juntamente com a secretária
71 executiva Maria Amélia, sendo elaborado um relatório o qual foi lido nesta
72 reunião. Fez-se também a leitura do despacho no referido processo que
73 solicitou a resolução e o parecer deste conselho quanto á aprovação do
74 projeto da entidade. Dando continuidade a presidente do Conselho passou a
75 palavra aos responsáveis pela associação e também ao vereador Pastor

76 Otavio. Este ultimo disse que área havia sido cedida para a Igreja metodista há
77 mais ou menos 20 anos e a entidade fez a construção das instalações físicas,
78 porém não regularizou. A legislação atual para cessão de área publica, exige
79 que a entidade tenha sido declarada de utilidade pública municipal e também o
80 parecer do conselho para a regularização e renovação da cessão da área. O
81 presidente da entidade, Sr. José Alves comentou sobre a necessidade dessa
82 regularização para que possa fazer as melhorias no local e assim iniciar o
83 trabalho, afirma ter alguns parceiros que se propuseram a auxiliar
84 financeiramente a entidade. A presidente Tina faz alguns apontamentos quanto
85 à situação precária e irregular da área externa da Entidade o que impossibilita
86 a realização de qualquer projeto de ação continuada. Relatou também sua
87 angústia em observar a boa vontade e a responsabilidade dos dirigentes em
88 iniciar um trabalho de forma continuada, porém observou que as adequações
89 necessárias demandarão um recurso financeiro alto. Expos que a entidade
90 atualmente não é de assistência social, não possui a estrutura física e de
91 recursos humanos adequados, porém poderá futuramente desenvolver
92 serviços de assistência social. O Sr. José afirmou que o prefeito demonstrou
93 interesse em efetuar as obras de melhoria na área. O presidente foi informado
94 que a cessão da área não compete ao Conselho, sendo que este tem o papel
95 de verificar se a entidade é de assistência social bem como proceder a
96 inscrição. O conselheiro Márcio concordou com as considerações da
97 presidente, afirmando que a entidade não é assistência social e sugeriu uma
98 revisão no Decreto Municipal nº 9220 de 22 de janeiro de 2009, sobre a cessão
99 de área pública, uma vez que as concessões de área não ocorrem somente
100 para entidades de assistência social, que é a competência legal deste CMAS.

101 A presidente disse que o CMAS deverá elaborar um parecer em resposta ao
102 despacho e que este deve ser construído de acordo com a deliberação do
103 colegiado. Em seguida a conselheira Dalva refletiu sobre a necessidade de
104 auxílio do poder público na melhoria da infraestrutura da área para que assim
105 possam desenvolver as ações que se propõem com segurança, porém entende
106 ser necessário um esclarecimento por parte da entidade sobre suas
107 expectativas em relação ao poder público, bem como sua contrapartida. Tina
108 comentou sobre as colocações da conselheira Dalva, afirmando que essa
109 reflexão foi feita com o presidente e a assistente social voluntária Monica,
110 entretanto, neste momento, a entidade necessita da regularização da área. A
111 conselheira Monica também se manifestou afirmando que o detalhamento
112 solicitado por Dalva deverá ser feito em um segundo momento, uma vez que a
113 necessidade é da cessão da área para que assim a entidade possa avaliar qual
114 serviço realmente terá condições de desenvolver. A conselheira Cristiane
115 opinou sobre o parecer afirmando que este deve conter as responsabilidades
116 do Conselho que se restringe em analisar se a entidade é de assistência social
117 ou não sendo a decisão sobre a cessão de uso do Poder Público. Dando
118 encaminhamento Tina solicitou a aprovação do conselho conforme sugerido
119 anteriormente por Cristiane, sendo aprovado desta forma. O próximo assunto
120 tratado referiu-se ao cronograma de desembolso da subvenção municipal para
121 o ano de 2013 para aprovação do conselho. Conforme esclareceu Cidinha, no
122 referido cronograma consta a 13ª parcela sendo que a subvenção foi dividida
123 em 12 meses, com exceção do auxílio da Adefi que foi pago em apenas uma
124 parcela. Explicou ainda que o cronograma foi enviado aos conselheiros com
125 antecedência para análise. A presidente observou sobre a importância da

126 aprovação desses recursos no mês de dezembro, uma vez que essa
127 aprovação antecipada facilitou a liberação do recurso no mês de janeiro. O
128 vereador presente comprometeu-se a lutar por essa aprovação no final do ano.
129 O cronograma foi aprovado sem alterações. Após passou-se a discussão
130 sobre o Pleito Conseas - 2013. Cidinha informou sobre a necessidade de
131 compor uma comissão para a mobilização das entidades para concorrer ao
132 pleito em São Paulo. Poderão participar as entidades ou organizações de
133 idosos, de pessoas com deficiência, de assistência social e organizações de
134 moradores de rua, porém essa última não tem representação nesse município.
135 Foi informado que o conselheiro Cloves atualmente é suplente representando o
136 segmento de idosos, sendo essa representatividade importante para o
137 município. Após algumas discussões foi formada a comissão pelas
138 conselheiras, Márcia e Elisa. Cidinha sugeriu que seja feita uma assembléia
139 para apresentação, orientação e mobilização para o pleito junto aos
140 representantes das entidades/organizações elencadas. Foi esclarecido que as
141 despesas para o candidato comparecer à assembleia é de responsabilidade do
142 município e se eleito, a responsabilidade com as despesas de frequência as
143 reuniões é do Conseas. A seguir foi apresentado por Cidinha o relatório de
144 atividades do exercício de 2012 constando as ações desenvolvidas pelo
145 conselho, sendo este um momento de verificar o trabalho realizado, as
146 pendências e metas. Destacou ainda ser um instrumento importante para dar
147 visibilidade maior do trabalho do conselho. O CMAS deve ficar atento a todas
148 as propostas e compromissos assumidos no ano anterior. Foram lidas na
149 integra as metas para o ano de 2013, sendo incluído como meta, por sugestão
150 do conselheiro Márcio, o acompanhamento do Plano de Providências do Órgão

151 Gestor. O pastor Otavio sugeriu que o relatório de atividades seja amplamente
152 divulgado dado a sua relevância e importância. Cidinha informou que após
153 aprovação o relatório deverá ser encaminhado para toda a rede
154 socioassistencial e outros órgãos, sendo sugerido também o encaminhamento
155 para a Câmara Municipal e também a inserção no site da prefeitura, por ser
156 este um importante meio de divulgação, buscado inclusive pela imprensa.
157 Marcio sugeriu que Cidinha apresentasse a sua proposta com relação ao Pleito
158 Municipal de 2013. Desta forma a mesma recomendou a prorrogação do
159 mandato do CMAS por um ano, em razão da necessidade da alteração da lei
160 de criação do Conselho nº 5.491/2001. Indicou a formação de uma comissão
161 para discussão dessa alteração dentro da nova organização proposta pelo
162 SUAS. Cidinha solicitou às representantes da OAB uma consulta na legislação
163 sobre a prorrogação proposta. Como assunto de pauta para próxima reunião,
164 foi proposto a inclusão da formação da comissão que tratará da alteração da
165 Lei bem como a apresentação do quadro das comissões de trabalho para
166 recomposições se for caso. Passou-se em seguida à constituição da comissão
167 organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social com
168 representantes do Poder Público e sociedade civil de forma paritária. Tina
169 informou que o tema da conferencia será “A gestão e o financiamento na
170 efetivação do SUAS”, destacando que a portaria de convocação da
171 Conferência foi publicada e a mesma está prevista para ocorrer no mês de
172 Julho de 2013. Cidinha lembrou que a presidente e o vice-presidente são
173 membros natos, ficando assim constituída a comissão: Márcio, Monica, Jane,
174 Tina, Fernanda e Anita. Dando sequência passou-se aos informes sendo o
175 primeiro a justificativa do Esac em relação ao Serviço de Convivência e

176 Fortalecimento de Vínculos/2013. A justificativa foi apresentada por Fernanda
177 que relata as dificuldades relacionadas ao espaço físico adequado. Afirmo que
178 a Esac está mobilizada na busca de um local, e por esse motivo não está
179 desenvolvendo o serviço, inclusive já recebeu a primeira parcela que está em
180 conta não sendo a mesma utilizada. Dalva disse que a entidade foi orientada a
181 buscar parcerias em áreas descentralizadas o que facilitará o acesso desses
182 jovens. Falou da necessidade de estabelecer prazos para iniciar a execução do
183 serviço. Tina ressaltou que, neste caso, o órgão gestor deverá discutir com a
184 entidade e apresentar a proposta ao CMAS para deliberação. O último informe
185 da pauta trata da resolução nº 33 sobre a aprovação da nova Norma
186 Operacional Básica do SUAS. A presidente sugeriu a leitura e estudo da
187 mesma, considerando sua importância uma vez que, irá nortear as ações na
188 Política de Assistência Social. Esclareceu que uma das responsabilidades do
189 Conselho e Órgão Gestor, nesta resolução, é a divulgação. Assim, propôs
190 verificar junto CNAS ou MDS possíveis capacitações e o documento impresso
191 para distribuição. Com relação à capacitação Dalva informou que o órgão
192 gestor está fazendo um levantamento de sugestões e coloca-se a disposição
193 para acolher as propostas dos conselheiros. Cidinha lembrou que a professora
194 Israild fez uma proposta de auxiliar o colegiado no levantamento de temas de
195 interesse para futuras capacitações, sugerindo o levantamento de possíveis
196 datas para realização. A presidente falou da solicitação do Deputado Ubiali,
197 por uma reunião com o Conselho Municipal de Assistência, porém tem
198 disponibilidade às segundas e sextas. Este assunto será tratado na próxima
199 reunião deste colegiado. O vereador Pastor Otavio convidou os conselheiros
200 para que estejam mais presentes nas sessões da Câmara Municipal e

201 afirmando que irá formalizar o convite. Cidinha sugeriu que a entrega do
202 relatório de atividades possa ser feita pessoalmente em uma sessão da
203 Câmara. Em relação às solicitações de deputados e vereadores considerou ser
204 oportuno pensar em reuniões ampliadas com todo o legislativo. Nada mais
205 havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata lavrada pela secretaria
206 executiva do CMAS.